

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA MULHERES MIL: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL NA CIDADE DE PORTO NACIONAL TOCANTINS

Lucas Braga da Silva¹

Josilene Tavares Barbosa dos Santos²

RESUMO

Este artigo teve por objetivo analisar as contribuições sociais do Programa Nacional Mulheres Mil, no *campus* Porto Nacional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, que trabalha em uma perspectiva de fomentar a mulher para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, a inclusão social e econômica, visando a erradicação da pobreza existente no país. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se de pesquisa documental; revisão bibliográfica, com consulta em livros e periódicos; pesquisa exploratória e descritiva (visita *in loco*) com aplicação de questionário; além de pesquisa qualitativa e quantitativa, expondo alguns dos dados obtidos em gráficos e tabelas. Os resultados apontam que as mulheres que adquirem a qualificação profissional, além de desenvolverem uma profissão, estarão contribuindo para o desenvolvimento regional do seu Município. Conclui-se, portanto que as mulheres inseridas no programa encontram uma nova perspectiva de oportunidades, elencando a equidade, igualdade de gênero e o combate da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Inclusão social. Programa Mulheres Mil.

ABSTRACT

The purpose of this article was to analyze the social contribution of the National Thousand Women Program, at the Porto Nacional *campus*, of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins, which works on a perspective of fomenting women for the labor market and, Social and economic inclusion, aiming at eradicating poverty in the country. For the development of the work was used documentary research; Bibliographical review, with consultation in books and periodicals; Exploratory and descriptive research (on-site visit) with questionnaire application; Besides qualitative and quantitative research, exposing some of the data obtained in graphs and tables. The results indicate that women who acquire the professional qualification, besides developing a profession, will be contributing to the regional development of their Municipality. It is concluded, therefore, that the women included in the program find a new perspective on opportunities, highlighting equity, gender equality and combating violence against women.

Keywords: Regional development Social inclusion. Women's program thousand.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) instituiu nacionalmente em 2011 o Programa Nacional Mulheres Mil, por meio da Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011. Visando, com isso, à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2011). Sendo composto, por cursos técnicos de nível médio e de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas que

¹ Graduando do curso de bacharel em administração da Universidade Federal do Tocantins. Telefone: (63) 98444-1516. Endereço: Rua Itajipuru, nº 934, setor Umuarama, Porto Nacional, TO, CEP: 77.500-000. E-mail: lucaslogistica19@gmail.com.

² Pós-graduada em Educação de Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins. Bacharel em Serviço Social pela Fundação Universidade do Tocantins. Telefone: (63) 98466-4913. Endereço: Rua 12, nº 80, setor Flamboyant II, Miracema – TO, CEP: 77.650-000. E-mail: marianajosilene@gmail.com.

atende um público específico de mulheres, utilizando uma metodologia específica, que privilegia temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima [...], buscando promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2011).

Programas e projetos do tipo trabalham no sentido de elencar direitos e capacitação. O aspecto social, neste contexto, torna-se favorável, para os atores sociais buscar informações, exigir políticas públicas, bem como efetivação de direitos sociais, culturais e ambientais. Entretanto, é importante ressaltar que o Programa Mulheres Mil executado em sistema de cooperação entre os governos canadense e brasileiro tem por objetivo promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, a fim de permitir a melhoria do seu potencial de mão de obra, bem como as suas vidas e de suas famílias (BRASIL, 2011).

Partindo das discussões a cerca do parágrafo anterior, os cursos e projetos do programa devem levar em conta as características do público alvo atendido, visando promover a equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra a mulher e o acesso a educação por meio da oferta de cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada ou técnica.

O programa constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, uma parceira entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema no país, tendo como principais diretrizes:

I – Possibilitar o acesso à educação; II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III – Promover a inclusão social; IV – Defender a igualdade de gênero; V – Combater a violência contra a mulher (BRASIL, 2011, p. 38).

Para tanto, a oferta do programa pode ser realizada por instituições de educação profissional e tecnológica ou por instituições de ensino regular, desde que cumpra os requisitos solicitados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2011). Deste modo, pode-se dizer que o mulheres mil é uma “política pública”, pois de acordo com Saravia (2006, p. 28) trata-se de “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Assim, o programa busca romper as desigualdades enfrentadas pela mulher, através de uma formação profissional que irá possibilitar conhecimento para ser aplicado em situação futura.

Resume-se, então, política pública de acordo com Souza (2006, p. 26),

como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Pressupõe que a interferência do Estado com políticas públicas, objetiva a mudança de uma determinada realidade enfrentada pela sociedade. De modo que os seus direitos sejam garantidos, conforme o que está escrito na Constituição Federal do Brasil.

No contexto das políticas públicas, destacam-se as sociais que, segundo Höfling (2001, p. 31-32), “são formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social”. As ações do

governo não podem ser vistas como atos isolados, mas, sim, “devem estar coerentes com um projeto geral de mudança, no qual a perspectiva de superação das desigualdades de gênero seja um dos seus componentes indispensáveis” (GODINHO, 2004, p. 56).

Um dos focos da portaria que instituiu o programa é promover a inclusão social. Mas o que vem a ser a inclusão? De acordo com Sasaki (2010, p. 40, *apud* DELLANI; MORAES, 2012, p. 03), a inclusão “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos (...) e na mentalidade de todas as pessoas”. Já para Aranha (2002, *apud* DELLANI e MORAES, 2012, p. 03),

inclusão significa afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança, ou seja, inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades como companheiros e como membros, ou seja, incluir aquele que de alguma forma teve seus direitos perdidos ou por algum motivo não os exercem.

Para os autores, a inclusão social está intrinsicamente ligada à maneira que o indivíduo se percebe na sociedade, se esta apresenta situação menos amistosa, e discrepante, a tendência do sujeito que está em uma situação de vulnerabilidade social, a partir do momento que este convive com ambiente acolhedor, a tendência desse sujeito é buscar o caminho das oportunidades, para que esta mesma sociedade o perceba como ator que busca a construção de sua própria história.

Todavia, é importante destacar que, um dos principais fatores responsáveis pelo agravamento da desigualdade social é o da desigualdade de gênero. Conforme afirma Reygadas (2004, p. 9-10),

gênero tem sido um dos fatores centrais na construção das desigualdades. São estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres para converter as diferenças sexuais biológicas em hierarquias de poder, *status* e renda. A medição e avaliação de habilidades individuais quase sempre passa pelo crivo do gênero, bem como a distribuição dos encargos e benefícios derivados dessa avaliação.

Levando em conta o público alvo para este estudo, quando há “a equidade de gênero, propicia o desenvolvimento da força de trabalho, o que contribui para a melhoria dos resultados do campo econômico, além de, no aspecto social, contribuir para melhoria da renda das mulheres, e, por consequência, ajuda a reduzir a pobreza” (PAIXÃO DE GÓIS, 2016, p. 93). A isso, Sen (2010, p. 249) acrescenta dizendo que “trabalhar fora de casa, se auferir uma renda independente, tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade”. Podemos constatar, dessa maneira, que a mulher, desenvolve um papel social que vai além de ser mãe e executora de tarefas domésticas e, cuidado com os filhos. A mulher, também exerce contribuição no mundo do trabalho, produz e reproduz conhecimentos, que são capazes de impulsionar a uma transformação societária e quebra de paradigmas.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida,

ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

Consoante os autores, mencionados, a desigualdade social perpassa por outra desigualdade: a de gênero. Uma política pública como a educação pode contribuir para que ocorra uma efetiva transformação social. Acontece o desenvolvimento e mudança de concepção, na perspectiva de melhoria de índices de pobreza e vulnerabilidades. Entende-se, no entanto, que o desenvolvimento regional busca o bem estar econômico e social no qual todos têm direitos iguais independente de suas diferenças.

Nesse sentido, Duflo (2012, p. 1.050), ao comentar a relação do desenvolvimento com o empoderamento feminino, “alega que há uma relação bidirecional entre o desenvolvimento econômico e o empoderamento das mulheres”. Para Sen (2010) citado por Marques (2010, p. 120) afirma que “o processo de desenvolvimento deve estar relacionado sobretudo com a melhora da vida dos indivíduos e com o fortalecimento de suas liberdades”. Sen (2010, *apud* Paixão de Gois, 2016, p. 93) complementa dizendo que “a sociedade que restringe o usufruto dessas liberdades e despreza a capacidade das mulheres está fadada à estabilização ou ao declínio, pois é fundamental que a economia política desenvolvimentista de um país reconheça o grande alcance da condição de agente das mulheres”.

O artigo tem como objetivo analisar as contribuições sociais do Programa Mulheres Mil, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *campus* Porto Nacional, além de verificar as características do público alvo atendido pelo programa; identificar a importância desse programa para inclusão social de mulheres e descrever as contribuições do programa para a vida do público alvo por ele atendido.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo ocorreu no município de Porto Nacional, localizado no estado do Tocantins. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), distante aproximadamente 60 km de Palmas, capital do estado, população estimada em 52.510 habitantes, área da unidade territorial de 4.449,917 km² e, densidade demográfica de 11,04 hab/km².

Houve interrogação direta das alunas e gestora, sobre quem se desejou conhecer o comportamento por meio de questionário. Logo, a pesquisa pode ser caracterizada como exploratória e descritiva.

Para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, foram estudadas as respostas de um grupo de 32 (trinta e duas) alunas atendidas pelo programa e uma gestora.

Os dados qualitativos e quantitativos foram obtidos por meio de aplicação de questionário ao grupo em estudo. Com perguntas abertas, opiniões sobre fatos ou conceitos; semiabertas, respostas com justificativas; e fechadas, uma resposta dentre as possibilidades apresentadas e para cada pergunta, apenas uma única resposta.

Como método de pesquisa inicial foi utilizado pesquisa documental e revisão bibliográfica com consulta em leis, decretos, portarias, bem como em periódicos e literaturas relacionados ao tema proposto.

Consultou-se obras de renomados autores e sites, entre eles do Ministério da Educação, e da Presidência da República. Assim, permitiu um melhor embasamento teórico para o trabalho.

Finalizada a pesquisa bibliográfica, foi realizado o contato com a gestora do programa, por meio de mensagem em redes sociais no intuito de abordar sobre a produção do artigo e discorrer um pouco sobre o Programa Mulheres Mil.

Para tanto, foi necessária a realização de uma visita *in loco* à gestora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *campus* Porto Nacional, para aplicação de questionário e posterior coleta. A gestora do programa disponibilizou documentos com alguns dados referentes às alunas, tais como endereço e telefone. Isso facilitou o contato com elas e o pleno desenvolvimento da pesquisa.

Com mais uma etapa finalizada, foi necessário entrar em contato via chamada de voz com as discentes do programa para, então, aplicar questionário. À medida que o contato era feito, falava-se sobre o desenvolvimento do artigo e sobre a necessidade de visitá-las em seus endereços para deixar o questionário e depois recolhê-los. Vale ressaltar que todas foram muito receptivas, o que contribuiu positivamente para essa fase do trabalho.

Após o recolhimento dos questionários, foi realizada a tabulação dos dados, expressos em gráficos e tabelas, objetivando uma melhor discussão dos resultados. No entanto, um dos procedimentos utilizados nas questões abertas e semiabertas foi o agrupamento das respostas em categorias, tendo como critérios a semelhança dos significados das respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário teve como respondente a gestora do programa. Questionou-se sobre o início do Programa Mulheres Mil, no *campus* Porto Nacional, do Instituto Federal do Tocantins. De acordo com ela, o projeto iniciou em 2013, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada e uma bolsa formação no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para as alunas. Aos professores, não houve oferta de bolsa para custear suas atividades na instituição, eles eram voluntários. Nesse mesmo ano, foram formadas 100 (cem) discentes egressas do programa.

Já em 2014, o programa passou a fazer parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e teve uma novidade: foi ofertada bolsa aos professores. O seu foco inicial foi mantido: atender mulheres em situação de vulnerabilidade social. Porém, o programa permaneceu ativo na instituição somente no primeiro semestre do referido ano.

Ao ser perguntada a respeito da sua percepção sobre o alcance social e cultural do Programa Mulheres Mil, a gestora firmou que houve o crescimento, mudança, oportunidade, pois, as mulheres são o público mais atingido na questão de desemprego e discriminação.

Quando se perguntou como foi firmada as parcerias para o programa, a coordenadora declarou que foram firmadas exclusivamente com a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SETAS) do estado, com vista a atender mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Ao se perguntar se a continuidade do programa, visou alcançar um público diferenciado, ela argumentou que o objetivo do programa permaneceu o mesmo, no entanto, o que houve de mudança foi a ampliação das vagas e a oferta de mais cursos. Tendo, inclusive, a necessidade de realização de seleção de alunos e

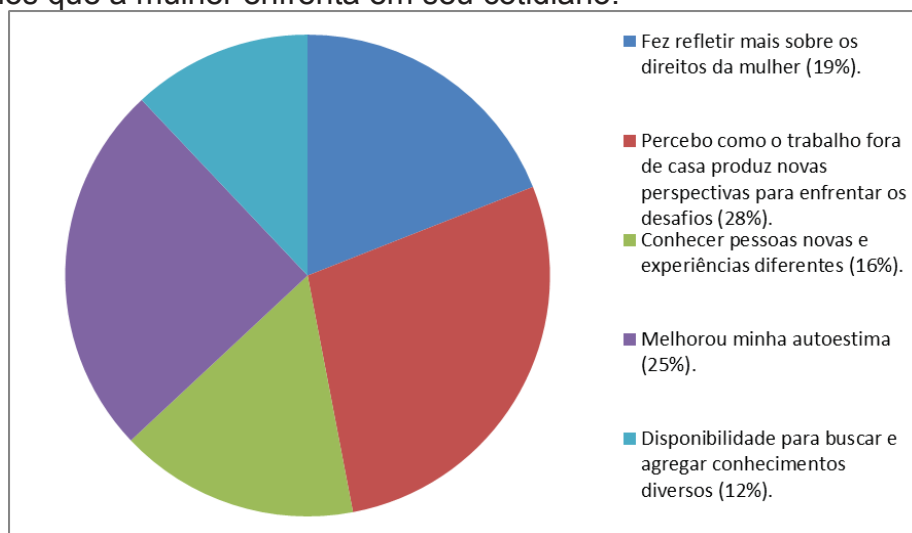
professores para atuarem nessa etapa do programa. Entretanto, cabe lembrar que o programa permaneceu ativo somente no primeiro semestre de 2014.

Questionou-se, também, sobre qual contribuição social o programa pode ter trazido para as mulheres assistidas por ele. A professora afirmou ser de oportunidade, inovação, criatividade, uma vez que muitas tinham essas habilidades, mas não estava aflorado. Não tinham despertado para uma vida nova, como fazer faculdade, trabalhar com seu próprio negócio e outras possibilidades.

Para finalizar o questionário com a gestora, perguntou-se como ela se sentia como mulher, professora e gestora do Programa Mulheres Mil. Ela relatou ter ficado realizada, tendo em vista que, são ações como essas que a motiva e a instiga à curiosidade e à participação no campo da Educação. A professora-gestora, salientou, ainda, a importância do aprender e do ensinar.

Os dados dos gráficos, apresentados a seguir, foram obtidos por meio de questionário aplicados a 32 alunas participantes do programa.

Gráfico 1 – Importância do Programa Mulheres Mil na sua maneira de enxergar os desafios que a mulher enfrenta em seu cotidiano.



Fonte: Gráfico construído pelos autores com base em dados adquiridos pela pesquisa (2016).

Observando as respostas das alunas por meio do gráfico, verifica-se que a maior parte (28%), percebeu que o trabalho fora de casa trouxe novas perspectivas para vencer os desafios enfrentados por elas em seu cotidiano.

A oferta de cursos voltados à formação educacional, profissional e tecnológica, em uma metodologia diferenciada, melhorou a autoestima dessas mulheres (25%), fazendo com que se sentissem capazes de aprender e colocar em prática o que foi aprendido.

Com as atividades propostas pelo Programa Mulheres Mil, o seu público alvo refletiu mais sobre os seus direitos (19%), visto que para algumas, ainda, eram desconhecidos. Esse fato foi favorecido pelos diversos conhecimentos agregados por elas no decorrer das aulas ministradas nos cursos (12%), além do contato com pessoas novas e a troca de experiências entre elas (16%). Uma das alunas ressaltou que o programa possibilitou ajudar mulheres (colegas de curso ou comunidade externa), a se sentirem motivadas a lutar pelas causas da mulher. Buscando, assim, seu reconhecimento perante a sociedade e a família.

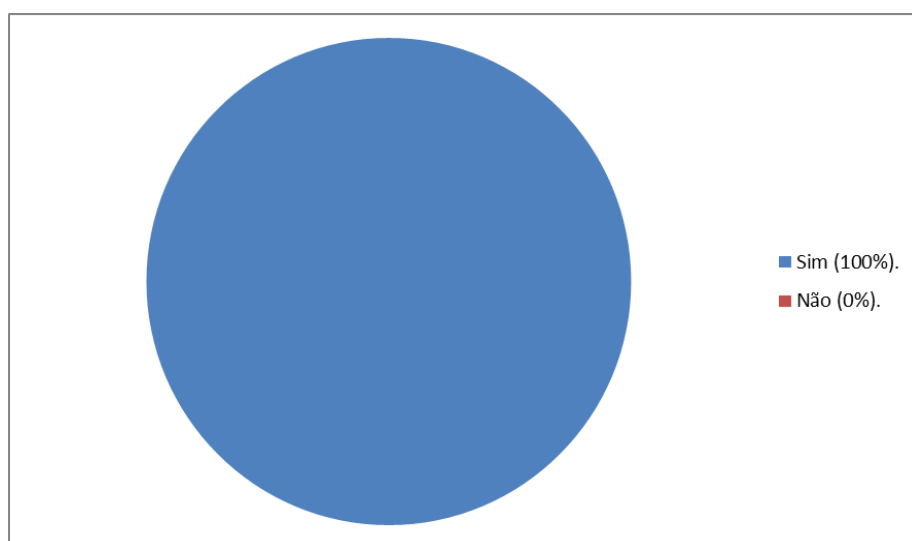
Gráfico 2 – Depois de participar do Programa Mulheres Mil, como você percebe a questão dos direitos da mulher?



Fonte: Gráfico construído pelos autores com base em dados adquiridos pela pesquisa (2016).

Baseando-se nas respostas das alunas, a questão dos direitos da mulher ainda é falha em alguns aspectos. No entanto, para que as desigualdades sejam extirpadas, a interferência do Estado com políticas públicas é inevitável.

Gráfico 3 – O Programa Mulheres Mil trouxe contribuição positiva para o seu encorajamento de lutar contra as desigualdades sociais que a mulher enfrenta?



Fonte: Gráfico construído pelos autores com base em dados adquiridos pela pesquisa (2016).

Todas as respondentes do questionário afirmaram que o projeto contribuiu positivamente para o seu encorajamento de lutar contra as desigualdades enfrentadas pela mulher.

A tabela a seguir foi criada utilizando o método de agrupamento das respostas, em categorias, tendo como critérios a semelhança dos significados das mesmas.

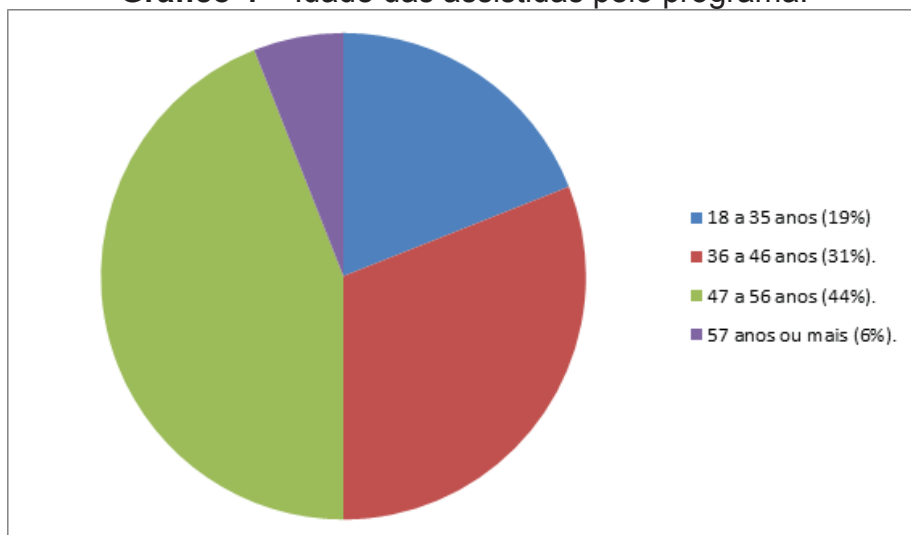
Tabela 1 – Justificativa das respostas do gráfico 3.

Porque adquirir mais conhecimento;
Com o programa, a mulher consegue se encaixar no trabalho;
Mulheres mil trabalha a autoestima e o reconhecimento da mulher;
Adquirir mais informação;
Motivação para lutar pelas causas da mulher;
Vontade de ajudar outras pessoas;
Incentiva a lutar contra as desigualdades;
Porque cada indivíduo possui direitos e devem ser respeitados;
Com o programa foi possível deixar o preconceito de lado e seguir em frente;
Conhecimentos adquiridos com as disciplinas ofertadas pelos cursos do programa;
Motivou a buscar conhecer mais os direitos da mulher;
A troca de experiências entre professor-aluno favorece o aprendizado;

Fonte: Respostas adquiridos pelos autores através de questionário aplicado as alunas do programa (2016).

Uma das alunas afirmou que “é muito bom se sentir bem consigo mesmo, saber que não somos piores do que os outros”. O programa contribuiu para esse reconhecimento pessoal das alunas, ao passo que aprendiam algo que consideravam complexo.

Gráfico 4 – Idade das assistidas pelo programa.

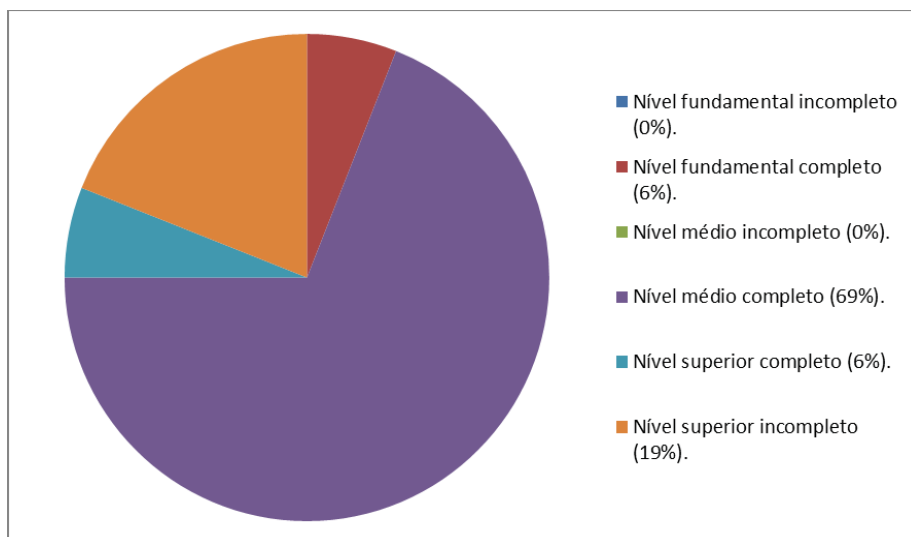


Fonte: Gráfico construído pelos autores com base em dados adquiridos pela pesquisa (2016).

A temática abordada nas aulas ministradas no programa foi de maior interesse a mulheres entre os 47 e 56 anos (44%). O que se revela pela pesquisa, é que elas são vividas e experientes e, já passaram por muitas discriminações de gênero.

Somente (6%) das discentes possuíam idade igual ou superior a 57 anos, ao qual se mostraram muito interessadas pelas temáticas desenvolvidas. E (31%) do grupo respondente, também, se disse condizente com o que foi dito anteriormente. Por fim, o menor interesse foi despertado por alunas entre os 18 e 35 anos (19%), isso permite inferir que algumas não chegaram a serem vítimas de discriminação de gênero.

Gráfico 5 – Escolaridade das alunas do programa.

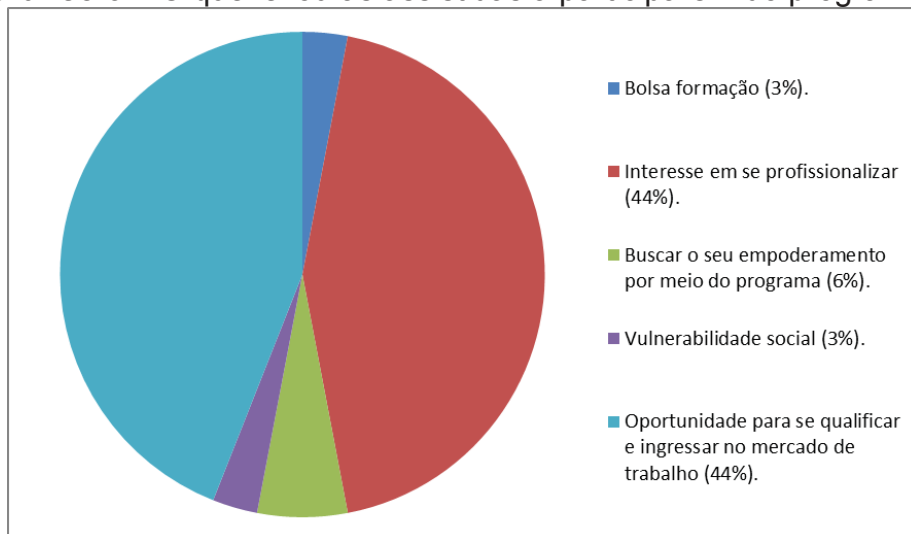


Fonte: Gráfico construído pelos autores com base em dados adquiridos pela pesquisa (2016).

Nota-se que o programa não atendeu somente mulheres com ensino fundamental (6%), ou médio completo (69%), mas uma variedade de discentes, englobando todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Elas buscavam agregar novos conhecimentos por meio de experiências e realidades diferentes.

Para que se sintam encorajadas a lutar pelo seu reconhecimento diante da sociedade e a família, a educação pode promover essa reversão, ao passo que ela provê meios para que essa realidade seja mudada.

Gráfico 6 – O que levou as assistidas a participarem do programa?



Fonte: Gráfico construído pelos autores com base em dados adquiridos pela pesquisa (2016).

O gráfico mostrou uma parcela mínima de alunas com interesse em bolsa formação (3%), aspectos ligados à vulnerabilidade social (3%) e a busca pelo seu empoderamento por meio do programa (6%). Há mulheres, conforme dito pelas alunas, que são consideradas domésticas do homem e da família, não podem se relacionar com outras colegas ou até mesmo participar de programas desse tipo, pois o marido não permite.

Conforme se verificou no gráfico anterior (44%) das alunas têm interesse em se profissionalizar e veem o programa como uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Os objetivos propostos pela pesquisa foram atingidos, ao passo que foi verificada as características do público alvo atendido pelo programa, identificando a importância desse programa para inclusão social de mulheres e descrevendo as contribuições para o público alvo atendido por ele.

O Programa Mulheres Mil, de inserção social cultural e ambiental, tem como principais fomentadores para a sua execução a parceria entre governos do Brasil e Canadá. Além de promover a inclusão, trabalha também a erradicação da miséria e pobreza, existentes no país favorecendo a equidade, igualdade de gêneros e prevenindo a violência contra a mulher.

Nos estudos decorrentes ao desenvolvimento deste artigo, constatou-se que a mulher que passa por uma capacitação profissional desenvolve uma melhor qualidade de vida para ela e seus familiares, visto que, a partir do momento em que o mercado de trabalho absorve essa profissional, aumenta a sua autoestima.

Essas mulheres percebem o ambiente do mercado de trabalho como uma promoção não somente profissional, mas social, cultural, o que gera melhoria da sua expectativa de vida como ser humano, que produz relações sociais, laços afetivos e familiares. Dessa forma, as parcerias com Ministério da Educação, Ministério de Desenvolvimento Social e Governo do Canadá, Estados e Municípios enfraquece a discrepância social, tão latente na sociedade brasileira.

Podemos observar que o apoio desses programas contribui de maneira humanizada para erradicação de problemas sociais, culturais e de meio ambiente que estão internalizados na nossa sociedade. Nesse sentido, sabe-se que as diferenças sociais do nosso País não serão tão rapidamente erradicadas em toda a sua totalidade, mas ações que visam promover uma sociedade de equidade e de oportunidades facilitam para a construção de melhores oportunidades para que a camada menos favorecida se perceba como atores de sua própria história.

Sugere-se o aprofundamento das pesquisas sobre a problemática abordada, buscando artigos, dissertações e portarias que abordam a temática central deste artigo para melhor compreensão desses programas e seus benefícios.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 24^a edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Presidência da República do. **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011**. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Brasília: SPM, 2011.

DELLANI. Marcos Paulo.; MORAES, Deisy Nara Machado de. **Inclusão: caminhos, encontros e descobertas**. Revista de educação do ideal, Alto Uruguai, vol. 7 – nº 15, janeiro – junho, 2012. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/50_1.pdf>. Acesso em: 31/05/2017.

DUFLO, Esther. **Women Empowerment and Economic Development**. Journal of Economic Literature 2012, 50(4), p. 1051–1079. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.50.4.1051>>. Acesso em: 31/05/2017.

GODINHO, Tatau. **Construir a Igualdade combatendo a discriminação**. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da (org). Políticas públicas e igualdade de gênero. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, Nov. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 31/05/2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. **Dados estatísticos do município de Porto Nacional**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=171820>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

MARQUES, Guilherme Ramon Garcia. **Analisando o desenvolvimento: a perspectiva de Amartya Sen**. Revista Urutáguia – acadêmica multidisciplinar – DCS – UEM, Maringá/PR, nº 22 – set, out, nov e dez de 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutaqua/article/viewFile/11500/6316>>. Acesso em: 31/05/2017.

PAIXÃO DE GÓIS, Évelin Lorena. **Programa Mulheres mil: Interfaces de gênero na capacitação de mulheres para o mercado de trabalho em Palmas/Évelin Lorena Paixão de Gois**. – Palmas, TO, 2016. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Campus universitário de Palmas – Curso de pós-graduação (mestrado) em desenvolvimento regional, 2016.

REYGADAS, Luis. **Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional**. Polít. cult., México, n. 22, p. 7-25, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/polcul/n22/n22a02.pdf>>. Acesso em: 31/05/2017.

SARAVIA, Enrique. **O conceito de política pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas públicas: coletânea. v. 2. Brasília: ENAP, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SOARES, Vera. Práticas discriminatórias e segregação no mercado de trabalho. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 31/05/2017.

VASCONCELOS, Marco Antonio.; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.